

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

07/11/2009

Manchete do **Estadão** aponta que as Forças Armadas deverão ganhar mais poder de polícia e proteção legal para fazer operações típicas de manutenção e garantia da lei e da ordem. De acordo com o jornal, essas mudanças fazem parte da proposta de novo texto para a Lei Complementar 97. Em operações de vigilância na fronteira e demais ações ordenadas pelos poderes constituídos, Exército, Marinha e Aeronáutica podem revistar pessoas, veículos e instalações e fazer prisões em flagrante delito.

Lei morta

Os órgãos de comunicação já podem entrar com reclamações diretamente no Supremo Tribunal Federal quando se sentirem censurados, publica o **Estadão**. O acórdão do julgamento que derrubou a Lei de Imprensa saiu ontem no "Diário de Justiça", e as contestações podem ser feitas com base no seu conteúdo. O tema também ganhou espaço nos jornais **O Globo** e **Folha de S.Paulo**.

Punição da PF

O delegado Protógenes Queiroz disse nesta sexta-feira que vai recorrer da punição da Polícia Federal seja ela qual for: suspensão ou demissão. Inicialmente, o delegado disse à **Folha Online** que soube por meio de um colega da corporação que seria demitido. Mais tarde, ao ser questionado sobre o tipo de punição, disse que a decisão da corporação é injusta, porque cumpriu o seu dever e não é bandido.

Caso polêmico

Por causa da polêmica em torno do recibo, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acusou na sexta-feira o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, de ter usado uma prova falsa para sustentar seu voto sobre o processo do mensalão mineiro. Acompanhado por dois colegas tucanos, Tasso Jereissati (CE) e Flexa Ribeiro (PA), para mostrar que tem o respaldo de seu partido, Azeredo disse ainda ter estranhado o fato de ter recebido um tratamento diferente do oferecido ao presidente Lula, que foi inocentado de qualquer participação no mensalão nacional.

Suspeitas de fraude

Três membros da família do recém-empossado senador Acir Gurgacz (PDT-RO) foram condenados mês passado, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por fraude contra o governo federal e desvio de R\$ 1,6 milhão destinado a um projeto de inclusão digital no Paraná. De acordo com **O Globo**, a auditoria constatou envolvimento de Assis Gurgacz, pai e suplente do novo senador, no esquema de direcionamento, superfaturamento e desvio de recursos, que

utilizava laranjas e empresas da família, além da Fundação Gurgacz. O senador não foi incluído no processo porque, embora seja sócio das empresas e conselheiro da fundação, não é gestor. O tribunal decretou a indisponibilidade de bens dos três da família.

Lobby de desembargador

A **Folha de S.Paulo** publica que conversas telefônicas interceptadas pela Polícia Federal indicam que políticos investigados por suspeita de integrar um esquema de corrupção no Rio Grande do Sul fizeram lobby para que a governadora Yeda Crusius (PSDB) nomeasse um desembargador para o TJ-RS. A nomeação acabou ocorrendo, mas o governo gaúcho diz que não houve irregularidade e nega influência do lobby. De acordo com o texto, em telefona em 2007, o então prefeito de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre), Marcos Ronchetti (PSDB), pediu à governadora que nomeasse o advogado Gelson Stocker para uma vaga de desembargador. O prefeito disse que ele possuía "altíssima competência" e era fundador do PSDB.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2009-nov-07/noticias-justica-direito-jornais-493/>